

173

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

173

OUTUBRO 2017

FILIADO À



10 DE NOVEMBRO

**VAMOS PARAR
O BRASIL!**

**Recolocar na ordem do dia a
realização de uma nova Greve Geral
contra o desemprego e as reformas!**

Pág. 03

**Estamos em novo
endereço:**

**Rua Boa Vista,
76 - 3º Andar,
Centro - São
Paulo/SP**



**22º
Congresso do
Sindsef-SP
ocorre nos dias 01 e
02 de dezembro**

Pág. 02

**3º CONGRESSO DA
CSP-CONLUTAS**

**Congresso reafirma indepen-
dência de classe, caráter
operário, sindical e popular e
define plano de lutas**

Págs. 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS

**Incra, SPU, Fundacentro,
MTb e Ipen**

Págs. 06-07

DENÚNCIA

**Portaria do governo permite
trabalho escravo**

ATIVIDADES

**Fortalecer a Marcha da
Periferia 2017**

Pág. 08

www.sindsef-sp.org.br



11 3106-6402



22º Congresso do Sindsef-SP ocorre nos dias 01 e 02 de dezembro

O congresso é a instância máxima de deliberação do sindicato. Neste fórum, os servidores filiados podem debater e elaborar as políticas para o próximo ano, além de avaliar a atuação da diretoria no último período. Este congresso acontece em um clima de intensos ataques aos servidores e serviços públicos. O governo

federal atua em diferentes frentes para enfraquecer o funcionalismo e desestimular as lutas de resistências. Por isso, mais do que nunca, o congresso será um espaço para organizar estratégias em defesa dos interesses da categoria. A participação de todos, desde as assembleias de base, nos órgãos, para eleger delegados, é fundamental para fortalecer a en-

tidade na luta por salários, direitos e melhores condições de trabalho. As assembleias ocorrem na capital, interior e litoral, entre os dias 23 de outubro e 24 de novembro. Acompanhe no material anexo o roteiro informando as datas e locais onde ocorrem as assembleias. Veja maiores detalhes no edital de convocação abaixo:



Edital de Convocação do 22º Congresso Estadual do Sindsef-SP e da Assembleia Geral Estadual para Alterações Estatutárias

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo – Sindsef-SP, em conformidade com os artigos 11, 12 e 13 e seus respectivos parágrafos do seu Estatuto, convoca os trabalhadores no serviço público federal filiados para o 22º Congresso Estadual da entidade, a realizar-se nos dias 01 e 02 de dezembro de 2017.

Os trabalhos terão início a partir das 14h do dia 01 de dezembro, nas dependências Colônia de Férias dos Vidreiros, situado na Rua José Agapito Cardoso, 376 - Bairro Balneário Maracanã - Cidade Praia Grande, SP. – Cep.:11705-360.

O Congresso tratará dos seguintes temas:

- 1) Conjuntura;
- 2) Balanço e Plano de Lutas do Movimento dos Servidores Públicos Federais;
- 4) Balanço do Sindsef-SP;
- 5) Prestação de Contas;
- 6) Combate às Opressões.

No dia 02/12/17, às 16 horas será realizada, no mesmo local, Assembleia Geral Estadual para Alterações

Estatutárias. Será garantida a participação de todos os interessados na assembleia de alterações estatutárias. Os interessados devem fazer contato previamente com o sindicato para comparecimento no dia e local acima.

As propostas de resoluções sobre os temas serão recebidas pela Coordenação do Sindsef-SP até o dia

15/11/17, sempre no horário comercial das 09 às 18 horas, na sede do Sindicato, situado na Rua Boa Vista, 76 – 3º andar – Centro- São Paulo/SP.

No ato da inscrição, deverá ser entregue uma versão em pen drive e uma cópia impressa das resoluções. Os delegados para participarem do congresso, deverão ter no mínimo três

meses de filiação na entidade, estar em dia com suas obrigações estatutárias e ser eleitos em assembleia por local de trabalho, na proporção de 1 (um) delegado para cada grupo de 5 (cinco) presentes.

São Paulo, 29 de setembro de 2017
Diretoria Colegiada do Sindsef-SP

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
SALDO INICIAL	R\$ 80.812,61	R\$ 66.016,42	R\$ 33.049,16	R\$ 30.475,87	R\$ 1.772,80
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 189.999,98	R\$ 190.879,63	R\$ 190.000,00	R\$ 208.442,92	R\$ 195.345,18
DESPESAS					
ADMINISTRATIVO	R\$ 25.152,89	R\$ 24.897,45	R\$ 33.463,81	R\$ 49.960,29	R\$ 37.194,83
FUNCIONÁRIOS	R\$ 67.544,26	R\$ 65.645,83	R\$ 66.746,90	R\$ 109.503,59	R\$ 70.011,97
SINDICAL / CONGRESSO	R\$ 52.569,86	R\$ 61.639,31	R\$ 29.587,26	R\$ 21.195,35	R\$ 8.904,30
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS	R\$ 36.999,58	R\$ 36.176,67	R\$ 39.614,04	R\$ 35.623,50	R\$ 51.948,92
IMPrensa E COMUNICAÇÃO	R\$ 4.537,14	R\$ 19.062,08	R\$ 4.734,28	R\$ 4.433,68	R\$ 3.019,28
CORREIOS	R\$ 2.734,50	R\$ 1.553,72	R\$ 2.361,85	R\$ 2.026,17	R\$ 196,45
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 10.260,00	R\$ 10.320,58	R\$ 10.237,89	R\$ 10.237,89	R\$ 9.477,99
VEICULO	R\$ 923,56	R\$ 611,29	R\$ 2.077,73	R\$ 1.644,87	R\$ 667,95
TELEFONES	R\$ 4.074,38	R\$ 3.939,96	R\$ 3.749,53	R\$ 2.520,65	R\$ 3.754,10
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 204.796,17	R\$ 223.846,89	R\$ 192.573,29	R\$ 237.145,99	R\$ 185.175,79
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ -14.796,19	R\$ -32.967,26	R\$ -2.573,29	R\$ -28.703,07	R\$ 10.169,39
SALDO FINAL	R\$ 66.016,42	R\$ 33.049,16	R\$ 30.475,87	R\$ 1.772,80	R\$ 11.942,19

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, 76 - 3º Andar - Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LTJ Editora Gráfica



10/11 – Dia Nacional de Paralisações e Greves!

Recolocar na ordem do dia a realização de uma nova Greve Geral contra o desemprego e as reformas!

O Brasil está vivendo a mais profunda recessão da sua história, com queda de quase 9% do PIB nos últimos dois anos. Sem previsão de real recuperação a curto prazo, essa situação se combina com a crise política e se alimenta da guerra social desenfreada contra os trabalhadores e o povo pobre.

Os dados da realidade são dramáticos. Somos o terceiro país em número de desempregados no mundo, atingindo o índice de 12,4% da população do país. Se computados os que não buscam emprego por desalento, falta de dinheiro ou transporte, chegamos a uma cifra de mais de 23 milhões de desempregados. E não há nenhuma previsão de reversão do crescimento dos postos de trabalho em 2018.

A ausência de emprego se combina com o arrocho salarial. Segundo a OIT, a maior queda de salário do mundo em 2016 foi no Brasil. Isso sem falar nos acordos de redução de jornada com redução salarial e tentativa de redução salarial em estados e municípios. E o governo ainda teve a cara de pau de reduzir o salário mínimo em R\$ 10,00.



Foto: Romerito Pontes

O desemprego, a diminuição dos salários e a retirada de direitos (reforma trabalhista, da previdência, cortes na saúde, educação e investimentos públicos), levam milhões à miséria e a queda generalizada no nível de vida.

O genocídio da juventude pobre e negra das periferias e o encarceramento em massa vão dando os contornos do aumento da barbárie e da criminalização da pobreza e dos lutadores.

Combinada com essa crise econômica, há uma forte crise política que se expressa em elementos de desgastes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, além do descrédito crescente da população nos políticos. Os escândalos de corrupção atingem pesadamente a cúpula do governo e o próprio Temer.

O ponto de unidade entre os ricos e a maioria do Congresso é jogar a conta da crise nas costas dos trabalhadores, através da privatização das estatais, de um forte ataque aos servidores e serviços públicos, da diminuição dos recursos investidos na saúde e educação, da aprovação de planos de ajustes, como a lei da terceirização, a reforma trabalhista e

a tentativa sistemática de aprovar a reforma da previdência, para impor um novo patamar de exploração.

Frente a esses ataques, os trabalhadores vão a luta! Os dados demonstram que desde 2013 até 2016, o patamar de greves se manteve em números muito parecidos aos da década de 1980. A greve geral do dia 28 de abril, precedida das fortes mobilizações em 8, 15 e 31 de março, demonstraram a entrada da classe operária e do movimento popular em cena. Mobilizações que poderiam derrotar as reformas e os governos, mas que não se concretizaram pela traição das cúpulas das maiores centrais, como a CUT e a Força Sindical.

O recuo das direções das centrais no dia 30 de junho, assegurou uma sobrevivência ao Temer, que não caiu porque há um acordo nos diversos setores da superestrutura política brasileira, desde o PT até o PSDB, de apenas desgastar o governo visando as eleições de 2018. Mas essa manutenção teve alto custo: aumento da impopularidade, indignação popular, dilaceramento da base parlamentar governista e gastos com a compra de deputados a um nível que ajudam a abalar a sua já combalida situação fiscal.

Temer tem continuado e intensificado a aplicação dos planos do PT, que são uma reedição dos planos do PSDB, ou seja, os planos neoliberais contra os trabalhadores. Dilma caiu porque perdeu o apoio popular, não foi produto de um golpe contra a democracia, como diz a narrativa do PT. O PT, agora na oposição, disputa o movimento através das diversas frentes que impulsiona: “Frente Brasil Popular”, “Frente Povo Sem Medo” ou o movimento “Vamos”. Todas essas alternativas, estão a serviço da eleição de Lula 2018, ou seja, pautadas pelo calendário eleitoral e não pelas lutas.

Diante dessa conjuntura, a tarefa principal que cabe ao conjunto dos trabalhadores é seguir impulsionado a necessidade da greve geral e a exigência às centrais para que a convoquem, para derrotar as reformas e colocar abaixo o governo e todos os corruptos do congresso.

A CSP-Conlutas, que teve um papel determinante em ser uma alternativa classista à organização dos trabalhadores, vai seguir se fortalecendo e impulsionando a unidade de ação, mantendo a autonomia de suas bandeiras. Vai apoiar e impulsionar as lutas em curso, nos diversos estados, na periferia e bairros operários pelas demandas populares: moradia, saneamento básico, saúde, contra a violência, etc. Vai chamar a mais ampla unidade de ação e frente única para lutar contra os planos do governo. Por isso aprovou em seu congresso a construção do dia 10/11 – Dia Nacional de Paralisações e Greves, e vai lutar para recolocar na ordem do dia a realização de uma nova Greve Geral no país contra o desemprego e as reformas! É tarefa de todos nós impulsionar e fortalecer esta iniciativa!

Greve Geral Já! Fora Temer! Fora todos os corruptos!





3º Congresso da CSP-Conlutas reafirma independência de classe

O 3º Congresso da CSP-Conlutas ocorreu entre os dias 12 e 15 de outubro, em Sumaré/SP. O evento contou com a presença de 2.664 pessoas. Sendo 1.953 delegados (as); 264 observadores; 113 representantes de diversos países; 105 crianças; 24 convidados e 205 pessoas na organização.

Ao todo foram 331 delegações entre entidades sindicais, oposições, minorias de diretorias, movimentos populares e contra as opressões. O Sindsef-SP marcou presença com sua delegação, que acompanhou atentamente as discussões colocadas em pauta.

Foram 4 dias de intensos debates e muitas tarefas. “Foi um congresso pleno, muito representativo. Saímos com uma responsabilidade imensa de impulsionar, nacional e internacionalmente, a luta da classe trabalhadora contra todas as formas de opressão”, comentou entu-

siasmada Ana Maria Silva, servidora do Ipen e diretora do Sindsef-SP.

O primeiro grande desafio é a construção do dia 10/11 – Dia Nacional de Paralisações e Greves. O objetivo é colocar novamente na ordem do dia a necessidade de construir uma forte greve geral contra as brutais reformas promovidas por Temer e seus comparsas.

A data surgiu de uma iniciativa dos metalúrgicos, que integram a Campanha Brasil Metalúrgico, movimento que deu início à luta unificada para impedir a aplicação da Reforma Trabalhista, a revogação da Lei das Terceirizações ilimitadas e impedir a aprovação da PEC 287/2016, que trata da Reforma da Previdência.

A resolução, aprovada pela ampla maioria dos delegados (as), expressa a disposição da Central de buscar unidade de ação nos enfrentamentos contra o governo e suas perversas reformas.

Não à conciliação de classes

Os participantes reafirmaram a autonomia da CSP-Conlutas, frente governos e patrões, e seu caráter sindical, popular e classista. E, em votação, aprovaram as resoluções que repudiam alternativas reformistas e registraram que são contrários a participação da CSP-Conlutas em iniciativas que representem projetos de conciliação de classes e de apoio ao Lula/PT, como a plataforma de debate “Vamos”.

“É importante manter a linha política da CSP-Conlutas, que não aceita projetos de conciliação de classe”, avalia Ana Lucia Gori, diretora do Sindsef-SP. “Vamos manter seu caráter independente diante de patrões, governos e centrais sindicais pelegas e organizando a luta da classe trabalhadora contra os ataques e chamando uma grande greve para o dia 10/11 contra a Reforma Previdenciária e pela revogação da Reforma Trabalhista”.

Plano de Ação

As intervenções durante o congresso demonstravam a disposição dos trabalhadores de fortalecer a resistência aos ataques por todo o país. Neste sentido, foi aprovado um calendário de lutas que inclui a realização de mobilizações como a luta em defesa da educação, em 19/10; e o Dia de luta em defesa do serviço público, em 27/10, mas cujo centro é impulsionar

e fortalecer a construção do dia 10/11.

As diversas lutas em curso no país, que em grande parte estiveram representadas nas delegações presentes no Congresso, foram compartilhadas durante todo encontro. Foi aprovado que a próxima reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas discutirá essas lutas e as campanhas de apoio.



Foto: Romerito Pontes

Diversidade

O painel de combate as opressões foi um dos mais marcantes do encontro. Participaram vários movimentos nacionais de combate ao racismo, além de representantes de Angola, Namibia, Haiti. Possibilitando uma rica troca de experiências, que demonstraram que os governos estão empenhados em tirar os direitos básicos conquistados com muita luta.

“Um momento único, neste painel foi o relato do índio, da delegação do Maranhão, sobre as monstruosidades praticadas contra a natureza. Apesar disto ele, que não se abate, fala que somos todos sementes e que elas sempre germinarão e continuarão a vida defendendo a natureza.”, relembra Ana Maria.

Ana Lucia Gori, destacou a aprovação de igualdade entre mulheres e homens na composição da Secretaria Executiva Nacional da Central. “Este é um importante passo contra o machismo, agora esperamos que 25% destas vagas sejam ocupadas por mulheres negras”, reivindica.



Foto: Romerito Pontes

Mesa sobre 100 anos da Revolução Russa resgata legado de principal acontecimento da luta dos trabalhadores no mundo

As lições da Revolução Russa em seu centésimo aniversário também foram tema de um dos painéis realizado no Congresso Nacional da CSP-Conlutas.

A atividade foi acompanhada com atenção por mais de 2 mil ativistas que lotavam o plenário, entre operários, servidores públicos, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e demais setores que, estando entre os mais explorados da classe, não veem a revolução como nostalgia, mas como exemplo para a realidade atual.



Caráter operário, sindical e popular e define plano de lutas

Setorial do serviço público define ações contra as reformas e as terceirizações

Durante o Congresso, o setorial do serviço público se reuniu e também definiu um plano de lutas, com a incorporação das ações gerais da Central. Nele, está o calendário que prevê a realização de mobilizações na semana de 06 a 10 de outubro, fazendo panfletagens preparatórias para as atividades da greve geral.

Foi sugerido que os fóruns, as entidades e os servidores nos estados e municípios façam cartas públicas direcionadas às demais centrais sindicais, chamando-as para construção do dia 10 de novembro.

Os servidores, desde o início do ano, vêm realizando inúmeras ações de resistência aos ataques, com destaque para a luta contra as reformas da previdência, trabalhista e as terceirizações, que faz parte do eixo central da Campanha Salarial de 2017.

Neste contexto, o setorial propôs que a CSP-Conlutas lute contra as demissões dos trabalhadores terceirizados no serviço público reforçando seu posicionamento



Foto: Romerito Pontes

amento contra as terceirizações. Além disso, que a Central paute a defesa do Ministério do Trabalho e repudie o desmonte do órgão.

Ainda no plano do setorial, está a necessidade de que a Central fortaleça e/ou ajude a criar, onde ainda não existe, os fóruns dos servidores públicos nos estados e que esta tarefa seja parte da construção das greves contra as reformas. Os presentes recomendaram que a CSP-Conlutas

apoie a realização de um encontro nacional dos servidores públicos Federais, Estaduais e Municipais contra a reforma da previdência, ainda neste semestre.

DESAFIOS - Para o próximo período, estão entre os desafios o enfrentamento e a denúncia do pacote de maldades de Temer e o debate sobre o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no âmbito do Poder Executivo Federal.

O pacote, anunciado em agosto, sob a justificativa de tentar reduzir o suposto rombo nas contas públicas, atinge diretamente o funcionalismo, com adiamento dos reajustes salariais acordados, congelamento de salários, redução na

remuneração inicial, aumento da alíquota previdenciária, revisão de benefícios e cortes de cargos.

Já o PDV, na mesma lógica, foi divulgado por meio da publicação de uma Medida Provisória (MP), publicada no Diário Oficial da União (DOU), no final do mês anterior. A MP nº 792/17, assinada pelo presidente Michel Temer, tem como objetivo demitir 5 mil servidores e economizar, de acordo com cálculos do governo, cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

A medida não visa trazer benefícios ou direitos aos servidores, mas sim fazer enxugamento da máquina pública e de diminuição do Estado. Neste sentido, o Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) espera que a MP tenha baixa adesão, mostrando, assim, sua inutilidade para resolver os problemas com os gastos públicos.

É preciso retomar às ruas para derrotar os ataques que estão postos e evitar novas ofensivas, que envolve as privatizações e a reforma da previdência – barrada pela resistência no primeiro semestre. Faz-se urgente e necessário repetir a lição vitoriosa. Por isso, no dia 10 de novembro, vamos parar o Brasil!



Foto: Romerito Pontes

Encontro Internacional

Seguido ao 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, aconteceu o 1º Encontro da Classe Trabalhadora das Américas, organizado pela Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL). A atividade contou com a presença de lutadores de 17 países, não somente das Américas, mas também da Europa e da África.

As intervenções de diversos países revelaram situações em comum de ataques vindos de governos neoliberais, do imperialismo e dos patrões. As organizações e os governos que agem como conciliadores de classe e que traíram os movimentos combativos de esquerda também foram apontados nos vários relatos.

NÃO AO FIM DA ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO!

Um retrocesso aconteceu no dia 04 de outubro no Senado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a proposta que acaba com a estabilidade no serviço público para servidores com baixo desempenho nas atividades desenvolvidas.

A matéria regulamenta o artigo 41, parágrafo 1º, da Constituição. Esse dispositivo determina que o servidor estável – já transposto o período de 03 anos de estágio probatório – fica sob risco de perder seu posto de concursado em caso de resultado insatisfatório

“mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”.

Entre outras providências, o texto fixa uma escala de notas de desempenho para avaliar servidores considerados pouco produtivos. Estes poderão ser demitidos, caso não alcancem nota superior a 2,9, em dois anos de avaliação, ou maior que 4,5, em cinco anos. Os efeitos da legislação proposta valem para União, estados, municípios e Distrito Federal.



INCRA

Servidores promoveram sessão de cinema, seguida de debate, para marcar o dia 14/09

O Dia Nacional de Luta em defesa do serviço público, contra a reforma da previdência e pela revogação da reforma trabalhista, realizado em 14/09, contou com a adesão dos servidores do Incra/SP que promoveram uma sessão de cinema no órgão. O filme escolhido foi *Eu, Daniel Blake*, que retrata a saga de um carpinteiro de meia-idade que luta para conseguir auxílio do estado após sofrer um ataque cardíaco. Em seguida foi realizada uma roda de conversa mediada por Érika Andreassy, do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese). O debate trouxe



os dilemas do filme para a vida real comentando os problemas enfrentados pelos trabalhadores na Inglaterra e aqui no Brasil.

A película remeteu a situação enfrentada pelos assentados e a falta de recursos dos servidores, que se

desdobram para conseguir prestar seu trabalho. Também compartilharam suas experiências quando mudam de lado e precisam buscar o serviço público. “A burocracia é feita para as coisas não andarem”, comentou um dos participantes.

O sistema capitalista utiliza a burocracia para dificultar a concessão de benefícios aos trabalhadores e, assim, economizar para os cofres públicos. No Brasil, o drama retratado neste filme já faz parte do cotidiano dos trabalhadores.



SPU

Trabalhadora terceirizada é vítima de injúria racial nas dependências do órgão

No dia 30 de agosto, um contribuinte da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que contestava um débito junto ao órgão, xingou de MACACA a trabalhadora terceirizada que lhe prestava atendimento.

A vítima foi orientada pelas colegas a registrar um boletim de ocorrência, no entanto, emocionalmente abalada com a agressão, acabou sendo persuadida pela polícia a não fazê-lo. Os policiais alegaram que a denúncia não se sustentaria.

A trabalhadora terceirizada é uma mulher negra, que já trabalha na SPU há cerca de 10 anos, sempre desempenhando com competência e cordialidade suas funções.

O usuário pleiteava uma isenção de taxa junto à SPU, porém, o pedido foi indeferido. Ao receber a notícia, ele se alterou e começou a ofender a vítima dizendo que “ela não tinha capacidade para o serviço” e a dizer que não queria mais ser atendido pela terceirizada, exigindo “falar com a chefia”.

Vale registrar, que ao falar com o chefe, o agressor usou um tom cordial



e tranquilo, muito diferente da forma agressiva dispensada para tratar a trabalhadora negra.

O xingamento foi presenciado por outro usuário que aguardava atendimento e que se colocou à disposição para testemunhar em favor da vítima.

A diretoria do Sindsef-SP disponibilizou os serviços da equipe jurídica do sindicato para acompanhar os desdobramentos do caso. “A terceirizada foi vítima de injúria racial e o nosso sindicato repudia veementemente este tratamento. O departamento jurídico, mais do que nunca, estará apoiando e orientado a trabalhadora no que for preciso”, afirmou a diretora da Secretaria de Combate às Opressões, Ana Maria S. Silva.

FUNDACENTRO

Servidores alertam para os prejuízos da reforma trabalhista

Servidores da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), divulgaram uma nota externando preocupação com a aprovação da lei 13.467/17, conhecida como reforma trabalhista, divulgada como necessária para “modernização” e “adequação” das novas relações de trabalho.

Na avaliação dos funcionários, esta nova legislação regulamenta a intensificação e a precarização do trabalho. Tal afirmação fica mais evidente quando analisamos, por exemplo, os termos do trabalho intermitente ou, ainda, a necessidade das gestantes apresentarem atestado para justificar o afastamento de atividades consideradas insalubres.

Diante desta nova realidade, tendem a crescer a negação do adoecimento e/ou situações em que o trabalhador segue exercendo suas funções, ainda que sem condições para isso.

Outra questão criticada pelos servidores é que a nova lei transfere

para o trabalhador toda a responsabilidade de evitar doenças e acidentes de trabalho. “Sabemos que a prevenção requer ações que ultrapassem a maneira simplista como a questão foi tratada na reforma”, alertam.

“Nossas pesquisas comprovam que não se conquistam ambientes seguros apenas oferecendo informação aos trabalhadores. Entre outras coisas, é preciso que a própria concepção do ambiente de trabalho preveja meios que garantam a prevenção de acidentes e doenças”, criticam.

Os servidores estão na luta, junto com o Sindsef-SP e com a CSP-Contutas, pela revogação dessa lei antes que “suas modificações impliquem em mais adoecimentos e acidentes relacionados ao trabalho, o que têm um custo social imensurável e um custo financeiro que deveria ser levado em conta até mesmo por aqueles que se pautam unicamente por questões econômicas”.

Leia a nota na íntegra no site do Sindsef-SP: <http://www.sindsef-sp.org.br/portal/node/13318>



IPEN

Servidores em luta contra a privatização e o enfraquecimento do setor de Ciência e Tecnologia

Os funcionários do Ipen acompanham atentamente a ameaça de privatização no setor. A situação veio à tona em agosto, mês em que o Instituto completou 61 anos de existência. Na ocasião, em reunião nas dependências do Ipen, promovida por um ex-funcionário do Instituto, Edson Roman, e José Efromovich, foi apresentada uma proposta de “sessão” da produção de radiofármacos.

Segundo relatos, Roman e Efromovich estão representando a empresa CURIUM, grupo da iniciativa privada que vem se aproximando sorrateiramente, buscando abocanhar a produção de Radiofármacos brasileiros (de meia-vida longa). Roman é o mesmo que esteve empenhado, anos atrás, na criação da “Empresa Brasileira de Radiofármaco”. Assim como no passado, os envolvidos atuam “no sapatinho”, sem discutir o tema com o conjunto dos servidores que trabalham no órgão e com os de-



mais setores da sociedade que serão afetados com as possíveis mudanças. Esta proposta tem como único objetivo ampliar o lucro das multinacionais e dos empresários envolvidos, que já ocupam lugar de destaque na produção e comercialização da substância.

Representantes do Sindsef-SP cobram maior comprometimento da diretoria da CNEN para impedir o desmantelamento da autarquia. “Que-

remos que a direção do órgão adote uma postura mais firme para defender a instituição. Ano após ano, as condições de trabalho pioram, devido as constantes reduções orçamentárias e a falta de concursos públicos para repor a mão de obra”, observa o diretor do Sindsef-SP, Renato Benvenuti.

Renato comenta que o funcionamento dos Institutos estarão fortemente ameaçados caso a privatização

se concretize: “Certamente o governo irá reduzir, ainda mais, o já escasso orçamento do instituto”.

Outra questão levantada é o fato de os servidores estarem de fora deste debate: “os principais envolvidos não estão sendo informados de nada. O que está em jogo é o Instituto. Não vamos aceitar que acabem com tudo que ajudamos a construir. Vamos lutar pelos nossos direitos e em defesa do Instituto e da CNEN”.

Em meio a este processo de luta, os delegados do Sindsef-SP presentes ao Congresso da CSP-Conlutas encaminharam proposta de que a central encampe a luta contra a privatização dos serviços e a Quebra do Monopólio Público Estatal de Radiofármacos, lutando para ampliar a distribuição destes medicamentos para a rede pública (SUS) para garantir o acesso desta tecnologia para toda a população que dela necessita.

MTb

Após corte no orçamento, postos de atendimento do MTb no interior serão fechados por contenção de despesas

Após drástico contingenciamento no Ministério do Trabalho/SP, várias unidades do órgão estão ameaçadas de fechamento. Com isso, servidores e a população local serão obrigados a percorrer grandes distâncias até uma agência do MTb/SP em funcionamento.

A informação foi passada pelo Superintendente Eduardo Anastasi, em reunião realizada com a comissão de servidores, eleita para acompanhar as demandas específicas do setor.

O superintendente alegou que este ano a verba destinada ao MTb/SP sofreu uma redução de 30%, impossibilitando honrar os pagamentos de alugueis e manutenção de contratos com prestadores de serviços. Nem mesmo as tarifas de água, energia elétrica e telefonia estão garantidas.

Um levantamento apontou 44 uni-

dades nesta situação. A saída encontrada pelo superintendente foi recorrer às prefeituras solicitando que assumam todas as despesas para manter os serviços do Ministério do Trabalho na cidade.

Até o fechamento desta edição, 30 prefeituras se comprometeram formalmente em assumir estes custos e ceder o espaço para instalação das agências.

No entanto, a ameaça de fechamento continua afligindo a população, e os servidores, de: Adamantina, Itatiba, Jacaré, Jaguariúna, Mauá, Mairinque, Matão, Mirandópolis, Paulínea, São João da Barra e Valinhos. Penápolis também está na lista, pois a prefeitura respondeu que só pode assumir este compromisso a partir de 2018.

O corte no orçamento do MTb é reflexo da aprovação da Emenda Cons-



titucional 95/2016, que congela as despesas públicas por 20 anos, bem como do fortíssimo Ajuste Fiscal.

É preciso reagir e lutar contra o desmonte do órgão e contra a retirada de direitos trabalhistas. Como parte das

iniciativas, os delegados do Sindsef-SP presentes no congresso da CSP-Conlutas aprovaram uma moção de repúdio sobre o desmonte do órgão, que será encaminhado para diversas entidades em todo o país.



Portaria de Governo Temer permite trabalho escravo e dificulta libertação dos trabalhadores. É preciso revogá-la já!

O governo alterou, por meio da Portaria nº 1.129, do Ministério do Trabalho, os conceitos que definem o trabalho escravo contemporâneo, impondo dificuldades à fiscalização e à publicação da Lista Suja, numa uma sórdida tentativa de dar fim a política nacional de erradicação do trabalho análogo a escravidão.

Coincidentemente, as novas definições atendem a antigas reivindicações da bancada ruralista do Congresso e ocorrem justamente quando Temer está em franco processo de negociação para evitar ser investigado por organização criminosa e obstrução à justiça.

A escandalosa Portaria recebeu fortes críticas do MPT (Ministério Público do Trabalho) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que informou que o Brasil deixa de ser referência no combate à escravidão no cenário internacional.

Atualmente, quatro elementos

podem definir escravidão contemporânea: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes (trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde e a vida do trabalhador) ou jornada exaustiva (levar ao trabalhador ao completo esgotamento dado à intensidade da exploração, também colocando em risco sua saúde e vida).

Mas, a partir da publicação, a “jornada exaustiva” e a “condição degradante” agora dependem da privação da liberdade para serem caracterizadas. Dessa forma, as condições de trabalho a que estão submetidas as vítimas, por piores que sejam, passam a ser acessórias para os flagrantes de trabalho análogo ao de escravo pelos auditores fiscais e a concessão de seguro-desemprego aos resgatados.

A Portaria também reforça a questão do não consentimento do trabalhador para a caracterização de trabalho forçado. Antes, mesmo que uma pessoa aceitasse trabalhar só por comida,



o Estado teria a obrigação de considerar tal ato como escravidão.

Para os Auditores-Fiscais do Trabalho, os novos conceitos contrariam o que está consolidado em mais de 22 anos de fiscalização e enfrentamento a práticas de trabalho escravo. Representantes da categoria participaram, em 18/10, de uma audiência com o Ministro Ronaldo Nogueira, onde apontaram todas as ilegalidades do texto e pediram sua revogação imediata.

O ministro não mostrou qualquer disposição para revogar a Portaria e ainda tentou convencer os sindicalistas de que o texto é legal. Afirmou que foi uma decisão de governo e não só do Ministério do Trabalho. Indignados, os Auditores-Fiscais decidiram suspender todas as operações em andamento, ou agendadas, enquanto não for revogada a Portaria.

A paralisação conta com o apoio e adesão de todos os Estados. Esta monstruosidade é parte da política de desmonte do direito do trabalho no país, assim como a aprovação da Reforma Trabalhista e da lei da terceirização irrestrita.

Na prática é mais uma medida que busca enfraquecer as instituições que zelam pelo cumprimento das leis trabalhistas.

Não podemos aceitar este retrocesso! É preciso revogar a portaria com lutas e greves por todo o país!

Com informações da CSP-Conlutas e Sinait



Fortalecer a Marcha da Periferia 2017

O Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe realizará no mês de novembro uma série de atividades que culminarão com a Marcha da Periferia no dia 20. O objetivo é enegrecer novembro, mês em que se celebra a resistência de Zumbi dos Palmares, símbolo da luta contra o racismo e a escravidão no país.

A Marcha da Periferia tem como compromisso engrossar a unificação das lutas populares e ajudar a engrossar as greves e as paralisações nacionais.

O governo segue implementando e aprofundando os ataques para colocar a conta da crise criada pelos capitalis-

tas nas costas dos trabalhadores. Os negros e as negras, são os que mais sofrem com estes ataques. São os primeiros a serem demitidos e os que mais sofrem com a precarização, desmonte ou a ausência de uma Educação e Saúde Pública, Estatal de Qualidade.

Em meio à verdadeira guerra social contra os trabalhadores, com reformas que praticamente destroem os direitos e medidas que pioram ainda mais as condições de vida do povo pobre, é importante considerar que são as mulheres negras, 40% delas chefes de família, as mais prejudicadas e vulneráveis aos desmandos dos patrões, transformados agora em lei com a Re-

forma Trabalhista.

No Brasil o racismo se materializa de diversas formas, contudo a forma mais desprezível é a aniquilação dos corpos negros: extermínio, assassinatos, limpeza étnica, genocídio, encarceramento, violência e estupro da população negra, que tem resultado nos maiores índices apresentados nos últimos anos com impactos expressivos sobre a juventude, os lgbts principalmente a população trans e as mulheres negras.

Dia 20 de novembro, dia da consciência negra, é dia de lutar pela reparação ao povo negro, que sofre cotidianamente com a opressão e exploração



do capitalismo!

Chamamos a todas e todos para nos somarmos à Marcha da Periferia e fortalecer a unidade dos trabalhadores, com recorte de raça e classe, e fortalecer assim a luta contra a opressão e a exploração. Em breve divulgaremos os locais onde acontecerão os atos. Participe!